

A POLITIZAÇÃO DO SAGRADO NO AGRESTE PERNAMBUCANO 1960-1980

POLITIZACIÓN DE LO SAGRADO EN EL AGRESTE PERNAMBUCANO 1960-1980

Jefferson EVÂNIO*

Resumo: Este trabalho analisa as estratégias mobilizadas pelo discurso religioso hegemônico no interior do Agreste pernambucano durante as décadas de 1960 e 80 para classificar práticas religiosas do catolicismo popular. Tentamos identificar a posição de clérigos católicos e o papel desempenhado pela imprensa pernambucana do período na construção de um certo estereótipo sobre experiências religiosas que, em função de sua abertura ao sincretismo e ao pluralismo religioso, escapavam à oficialidade das práticas definidas pelo discurso oficial. A partir de uma análise de *arquivos eclesiais* e de reportagens veiculadas pelo periódico *Diário de Pernambuco* discutimos os embates entre o catolicismo oficial e o catolicismo popular, responsável por colocar em lados opostos padres e rezadores, igrejas e capelas, terços e garrafadas.

Palavras chave: Cultura religiosa, Catolicismo popular, Igreja Católica

Resumen: Este artículo analiza las estrategias movilizadas por el discurso religioso hegemónico en las localidades del Agreste de Pernambuco durante los años sesenta y ochenta para clasificar las prácticas religiosas del catolicismo popular. Intentamos identificar la posición del clero católico y el papel desempeñado por la prensa de Pernambuco de esa época en la construcción de un cierto estereotipo sobre las experiencias religiosas que, debido a su apertura al sincretismo y al pluralismo religioso, escaparon a la oficialidad de las prácticas definidas por el discurso oficial. Con base en un análisis de archivos eclesiales e informes publicados en el periódico *Diário de Pernambuco*, discutimos los enfrentamientos entre el catolicismo oficial y el catolicismo popular, responsables de colocar sacerdotes y oraciones, iglesias y capillas, rosarios y pociones, en lados opuestos.

Palabras clave: Cultura religiosa, Catolicismo popular, Iglesia Católica

INTRODUÇÃO

Que é o sagrado? Alguns autores como Rudolf Otto (2007) o associaram a um profundo *mysterium fascinas*, fonte da produção de um poderoso temor que assombra/encanta os homens. Essa condição psicológica do homem religioso também foi definida por autores como Georges Bataille (2015) e Freud (2013). Maurice Godelier (2001), por outro lado, parece ter seguido

* Doutorando em Educação – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Ciências Sociais – Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Especialista no Ensino de História e Licenciado em História – Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL). É membro do Grupo de pesquisa: “Discurso, Subjetividade e Educação” e do “Grupo de Estudos e Pesquisas Foucault e Educação”, ambos da UFPE. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e atualmente é professor do departamento de História da FAMASUL.

relativamente o raciocínio de filósofos materialistas como Ludwig Feuerbach (1988), ao conceber o sagrado como uma espécie de relação com a origem em que, no lugar dos homens reais, instalam-se duplos imaginários deles mesmos. Mas o sagrado é mais do que isso. Há uma dimensão política do sagrado que não pode ser esquecida, na medida em que seu conteúdo e/ou forma não está dado *a priori*, mas é instituído/a politicamente. Sua politização implica no reconhecimento, relativamente perturbador, de que seu conteúdo não apenas é objeto de forte adoração dos homens e mulheres de fé, ou ainda, fonte de poderoso temor, mas objeto de históricas disputas políticas que giram em torno da definição daquilo que é, e daquilo que não é sagrado. As *comunidades discursivas*¹ que possuem a seu lado o peso da tradição geralmente se impõem nesta disputa como os atores centrais. Mas essas comunidades, entretanto, não são capazes de reter o excesso, muito menos apagar essa presença, geralmente incômoda, do Outro, isto é, da *diferença*.

A literatura especializada sobre a história do Nordeste tem, muito recentemente, ajudado a compreender a construção desse espaço como território imagético (ALBUQUERQUE, 2009). Mas o papel desempenhado pela imprensa regional na construção do estereótipo sobre os homens e mulheres que viveram e vivem no interior, afastados dos grandes centros urbanos, ainda não recebeu o devido tratamento historiográfico. É preciso salientar o papel exercido por órgãos da imprensa como o importante jornal *Diário de Pernambuco* nesse processo de classificação hierárquica que ajudou a construir a imagem do centro como o sinônimo do avanço, do progresso e do desenvolvimento e, inversamente, a noção do interior como espaço habitado pelo exótico, espécie de espaço amorfo e sem vida. O interior, geralmente identificado com o atraso, com a paralisia dos movimentos, interrompido apenas, por certos fatos “extraordinários”, noticiados, quase sempre, em tom de chacota pela imprensa da capital: “Grilos invadem igreja em Agrestina provocando tumulto” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971, p.1), “jegues desaparecem e são transformados em charque” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1972, p.12), “Polícia descobre em sítio de Agrestina matadouro de cavalos” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1973, p. 31), “Criança nasce com um olho só. Na maternidade do hospital desta cidade nasceu dia 28 último uma criança com um olho na testa, o braço direito deformado e seis dedos na mão esquerda” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977, p. 17).

Autores regionais também se utilizaram das páginas do importante jornal para construir a imagem do “matuto” do interior. Em edição de 30 de maio de 1965 do *Diário de Pernambuco*, Nelson Barbalho, autor de diversas obras sobre a história de Caruaru e da célebre *Cronologia Pernambucana*, comentava sobre a personalidade do homem do interior

Quando Silva Neto, cheio de entusiasmo e de vontade de ajudar ao próximo, deixava o conforto da cidade e socava-se pelo interior de Caruaru, numa “ambulância de socorro rural” instituída pelo prefeito Pedro de Souza, a trabalhar no serviço dentário ofertado gratuitamente à matutama em geral, verificou um fato curioso: Quase todo matuto preferia ver seus dentes podres extraídos a cru, a vê-los arrancados sem dor, com anestesia injetável. Indagando sobre o motivo de tão estranha preferência, aquele dentista escutava da matutada ao redor: - **Nós prefere o boticão puro, mode que injeção é coisa do cão!** Matuto empacou, até jumento perde feio (BARBALHO, 1965, p.7)

O modelo historiográfico que se consolidou no Nordeste na segunda metade do século passado, com exceções bastante pontuais, ainda sentia saudade do passado colonial, aquele das Casas Grandes e suas Senzalas. Eis um trabalho ainda por fazer: dessacralizar nosso próprio conservadorismo historiográfico. Embora esta questão seja sedutora, não é disso exatamente que trataremos neste texto. O que nos interessa aqui é compreender como a Igreja Católica lidou com a diferença, a pluralidade, a natureza híbrida das práticas religiosas nas terras do interior. Como o discurso religioso classificou, por assim dizer, essas formas abertas e plurais de diferença, e, como a articulação de um conjunto de gramáticas discursivas foi capaz de produzir um discurso caracterizado pela tentativa de criminalizar a diferença. E, por outro lado, como essa forma de diferença reprimida pelo olhar policial desenvolveu *táticas*, no sentido formulado por Certeau (1998), capazes de garantir sua sobrevivência em ambiente historicamente hostil.

Nossa análise focaliza o discurso produzido pela imprensa e pela Igreja Católica entre as décadas de 1960 a 1980. Analisamos as anotações do vigário local da cidade de Agrestina, Padre Nestor Oliveira, naquele período, presentes no Livro Tombo da Paróquia e edições do *Diário de Pernambuco*. Decidimos manter a grafia original da época no momento da transcrição desses documentos com o objetivo de evitar qualquer forma de alteração. Nossa análise deste e de outros documentos apresentados ao longo desse trabalho segue a mesma orientação metodológica frisada por Bacellar (2011, p. 63), segundo a qual “[...] documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu [...]”; razão pela qual, o historiador deve não apenas colocar *sub judice* o artefato que se tem em mãos, mas articular, como salientou Certeau (2011), as palavras ditas e escritas aos lugares ocupados pelos atores sociais.

O contexto histórico no qual se desenvolveram as experiências que serão aqui tratadas desempenhou um papel importante na configuração da correlação de forças (poder tradicional x poder carismático, sacerdotes x rezadores, centro x margem). Na década de 1960, o Concílio Vaticano II convidava a Igreja romana à uma abertura para a “modernidade”, numa tentativa política de minimizar os efeitos da secularização, a Igreja visava “falar a língua do povo”. No

Brasil, se instalava em 1964 o regime civil militar. No agreste pernambucano, a posição oficial da Igreja Católica – ainda que experiências mais progressistas tenham se desenvolvido, sobretudo no interior mais profundo – se encaminhou no sentido da defesa do golpe, classificado como uma “Revolução Gloriosa” por parte dos maiores jornais da capital e pelas autoridades eclesiásticas. Entre 1964-1985, portanto, devemos classificar a posição política da Igreja Católica como majoritariamente conservadora, anticomunista e estranha às formas plurais de manifestação religiosa, sobretudo aquelas que guardavam correlação com as religiões de matriz africana. A articulação de toda uma gramática discursiva que produziu um discurso de criminalização da diferença será por nós analisada a partir de um caso concreto ocorrido em uma pequena cidade do interior pernambucano entre as décadas de 1960 e 80.

O CASO DO SR. VIRGÍLIO

No domingo do dia 22 de novembro de 1964, em uma pequena nota dedicada à seção Diário dos Municípios do *Diário de Pernambuco*, o leitor se deparava com uma pequena nota sobre os acontecimentos relativos à cidade de Agrestina. “Beato e Catimboseiro”, acompanhada pelo relato que segue:

Está a merecer a atenção das autoridades os fatos que estão acontecendo no sítio Perneiras a um quilômetro da cidade. Um moreno, analfabeto, chamado Virgílio, para não desmerecer as tradições de sua família, fez uma capela por sua própria conta, sem autorização do sr. Bispo Diocesano, nela colocou uma estátua do Padre Cícero Romão, misturando falsa devoção com espiritismo, vive a benzer os tolos, a fazer frequentes festas (e rendosas), a passar receitas (para o que usa um secretário) etc., Agora mesmo o “Beato Dr. Virgílio” está anunciando para o dia 15 do corrente uma solene procissão com o andor do Padre Cícero, com o acompanhamento de uma banda de música de Caruaru, o que mereceu um veemente protesto do Vigário e do povo católico de Agrestina. Caso as autoridades não proibam estes abusos e afrontas ao verdadeiro sentido de religiosidade, Deus tal não permita que aconteça como em Gravatá Assú, onde um falso beato provocou uma hecatombe e nela muitos perderam a vida. Para que haja paz religiosa em nossa terra, é necessário que o devoto Virgílio arranje um outro meio de vida (COUTO, 1964, p. 6)

Quem assinava a notícia era o Sr. Heretiano Cordeiro Couto, naquela ocasião, correspondente do *Diário de Pernambuco* nessas terras do interior. Católico praticante e devoto de Nossa Senhora de Fátima, Heretiano é firme em suas acusações ao Sr. Virgílio. As atividades religiosas organizadas por ele eram tratadas pelo correspondente como violações inaceitáveis à moralidade e como caso de polícia. Um ano depois, em 28 de novembro de 1965, voltaria a comentar sobre o assunto no *Diário de Pernambuco*, ocasião na qual intensificaria as críticas e adjetivos para se referir ao Sr. Virgílio. De “moreno, analfabeto e falso beato”, ele seria

classificado como Virgolino, numa referência clara à Lampião, personagem quase mítico descrito pelo cinema e pela literatura brasileira como um sujeito que viveu à revelia da lei e da ordem no sertão nordestino das primeiras décadas do século XX. A chamada da notícia pretendia situar um suposto adversário não somente da ordem pública, mas, sobretudo, um perigo à moralidade coletiva: “Afronta aos católicos”, era o título da matéria. Eis o seu conteúdo na íntegra:

Em nosso noticiário anterior divulgamos e denunciemos às autoridades competentes o intendo atrevido e ousado do catimbozeiro Virgílio e seus fanáticos, realizando uma procissão subversiva, à revelia das autoridades eclesiásticas em plena cidade como uma aberta afronta aos católicos que repudiam dentro da lei do nosso país o curandeirismo, o catimbó e a feitiçaria. Como é sabido de todos, esse senhor que era pobre e agora está rico devido a uma capela sob o cargo do Padre Cícero do Juazeiro, que ele construiu sem licença das autoridades eclesiásticas, e graças às rendosas coletas que faz entre os associados da fita presta, também fundados por ele, e às receitas absurdas que passa aos incautos, vive continuamente desafiando as autoridades civis e eclesiásticas e aos católicos realizando rendosas novenas e festas ao som da Banda de Música Nove Euterpia de Caruaru. Dessa vez o negócio foi diferente, pela ação enérgica do nosso Delegado de Polícia, sargento Alonso Veríssimo a malfadada procissão chegou até às portas da cidade voltando para o Sítio Perneiras onde se realizou uma festa à meia luz se espalhando pelas brenhas a dentro para alegria de muitos que lá foram dar expansão à imoralidade, como soubemos logo os satânicos festejos. Queremos ainda ressaltar a teimosia dos fanáticos que, contra a determinação das autoridades, trouxeram num caminhão a Imagem de Nossa Senhora pelas ruas da cidade, sem acompanhamento, mas com foguetório, sob os olhares atônics da população que é na sua totalidade católica. Será que depois de fatos tão lamentáveis e deprimentes, as autoridades continuarão a permitir que o catimbozeiro Virgolino continue a desafiar a todos, e livremente exercer a sua criminosa profissão? (COUTO, 1965, p. 6)

Heretiano agora classifica as festas religiosas organizadas pelo Sr. Virgílio como “satânicos festejos”. Essa demonização do Outro, dessa forma de diferença, se baseava na ideia de que a comunidade católica constituía um corpo distinto, absolutamente estranho aos festejos organizados no sítio Perneiras. O correspondente parece não levar em consideração o fato de que a adoração ao Padre Cícero do Juazeiro encontrava justamente na mentalidade do povo católico sua força motriz. Na edição do dia 1 de dezembro de 1966 do mesmo jornal, outra chamada era dedicada ao Sr. Virgílio: “Catimbozeiro faz procissão sacrílega em Agrestina”. Heretiano, novamente, coloca a “boca no mundo” para denunciar as práticas religiosas que considera uma afronta à tradição católica:

Já é de todos por demais conhecido o catimbozeiro e “doutor” Virgílio que há anos vem fazendo os maiores absurdos em nossa terra em franca rebelião com

as autoridades eclesiásticas e escandalosa afronta aos católicos, pois, inúmeras vezes pelo jornal e rádio temos denunciado quase sem nenhum resultado. Ultimamente, com a ajuda de pessoas hostis à Igreja, realizou uma procissão à maneira do catolicismo com 15 andores inclusive um com imagem do Padre Cícero Romão com o acompanhamento de milhares de fanáticos onde se viam homens vestidos de frade ridicularizando assim veneráveis ordens religiosas (o que é contra as leis do país). À noite, no “terreiro” da casa do catimbozeiro realizou-se a festa externa à meia luz, o que muito favoreceu aos que vão apenas “olhar” e se “divertir” para no outro dia comentar os “bonitos” feitos acontecidos nos arredores... A indignação dos católicos é grande, e se não fosse a energia e dinamismo do delegado Setemberg Correia de Sá, teria havido sério conflito, pois os heréticos queriam entrar pela cidade (COUTO, 1966, p.4)

O dito “catimbozeiro”, “doutor” Virgílio, como a ele se refere em tom claramente condenatório o correspondente do *Diário de Pernambuco*, era o Sr. Virgílio Manuel da Silva, conhecido publicamente por “seu Virgílio”, que havia construído capela em homenagem ao Padre Cícero Romão em sua propriedade rural, no sítio Perneiras, afastado da cidade por apenas meio quilômetro. Em sua casa, durante dias à fio, afluíam não apenas naturais da terra de Agrestina, mas numerosos vizinhos da região do agreste pernambucano; residentes do Altinho, Ibirajuba, Cupira, Panelas, São Joaquim do Monte, Caruaru, e até mesmo da capital do estado. A lista é extensa. O senhor Virgílio não era apenas devoto de Padre Cícero, mas um rezador bastante afamado. Homem de fé, católico, que se constituiu como uma autoridade em assuntos de religião e espiritualidade para muitos fiéis. Foi um desses homens agraciados pelo carisma, no sentido weberiano da expressão, e pela inclinação dos homens e mulheres do interior em atribuir ao rezador a posse de dons sobrenaturais.

Natural para a cultura sertaneja e agrestina do interior do Nordeste, lugar onde a mentalidade popular costumava atribuir à figura do rezador, desde tempos imemoriais, os dons da cura, da premonição e da adivinhação. Em visita à Paróquia de Agrestina no ano de 1965, o Bispo Diocesano da cidade de Caruaru, Augusto Carvalho, tentou traçar um perfil psicológico e comportamental do homem agrestino. Escreveria que essa “gente simples e boa está precisando de muita instrução religiosa. Tem fé, mas não bem fundamentada; daí o perigo de, sem maiores motivações tomar caminhos diferentes”. Acrescentava, ainda, que essa gente “é um tanto inclinada a acreditar em feitiçarias, catimbós e espiritismo”. Concluía dizendo que “Tem-na explorado em grande escala, e com resultados satisfatórios, o Sr. Virgílio, ‘curandeiro da região’ (LIVRO TOMBO III, 1965, p. 102).

O sucesso de rezadores como o Sr. Virgílio revelava certa dificuldade de comunicação da Igreja Católica com a totalidade dos fiéis, em primeiro lugar, porque o vigário local sempre esteve envolvido diretamente na vida política da cidade, chegando inclusive a ser candidato a

prefeito em 1972 (ocasião na qual foi derrotado), razão pela qual não gozava da “simpatia da totalidade do povo católico”. Em segundo lugar, à despeito da força de atração dos elementos do catolicismo popular, as autoridades eclesiásticas sempre guardaram certa reserva com relação a essas práticas, situando-as na marginalidade da vida social. O Bispo falava em nome de uma instituição: a Igreja Católica. Mas não poderia falar pelo conjunto de seus fiéis. Ocorre que para muitos católicos o Sr. Virgílio era um sujeito “sabido” (no sentido místico que esse termo costumava adquirir quando se referia ao indivíduo dotado de capacidades especiais). Aos olhos de Heretiano e também da Igreja Católica, ele era sabido demais!

As procissões são elementos característicos do catolicismo brasileiro de modo geral e, em especial, do catolicismo popular. Difícil mesmo é imaginar o deslocamento entre procissão e outro fenômeno social: a festa. Festa e procissão demarcavam uma espécie de dialética de fronteira entre sagrado/profano. O discurso da imprensa, ao se referir à festa a “meia luz” ocorrida no “terreiro” do sítio Perneiras é no sentido de desconsiderar que na história do Brasil, desde os tempos coloniais, essas manifestações religiosas também eram oportunidades para uma aproximação entre o sagrado e o profano. Omite o fato de que nas procissões organizadas pela Igreja Católica, como aquela em homenagem à Nossa Senhora do Desterro, tradicional festa religiosa da sociedade local organizada pela Igreja Católica, a festa era sempre o último rito a fortalecer os laços entre os fiéis e o sagrado e, claro, entre os fiéis e outros fiéis. Nas festas religiosas, os corpos prestavam devoção aos céus, para em seguida, encontrarem outros corpos na terra. Gilberto Freyre (2015, p. 151) assinalava a presença desse elemento carnal das festas religiosas na história do Brasil. Segundo o mestre de Apipucos, era a religião o que animava as cidades.

As festas de pátio de igreja e as procissões de rua, tornaram-se também ocasião de namoro; as “bandeiras de santo”, quase um escândalo, as moças cantando quadras a São Gonçalo que aos ouvidos dos Lopes Gama soavam mal. Depois de dias tristíssimos, representação de cenas da Paixão, sermão em voz tremida, gente chorando alto com pena de Nosso Senhor, mulheres de preto, homens de luto fechado, a Semana Santa terminava em ceias alegres de peixe, de fritada de caranguejo, de caruru, vatapá, cioba cozida com pirão

Para o homem religioso, sobretudo, para os homens e mulheres do agreste e sertão nordestino, é preciso marcar a extensão simbólica que as festas representam. Em uma perspectiva antropológica:

Participar religiosamente de uma festa implica a saída da duração temporal “ordinária” e a reintegração no Tempo mítico reatualizado pela própria festa. Por consequência, o Tempo sagrado é indefinidamente recuperável,

indefinidamente repetível. De certo ponto de vista, poder-se-ia dizer que o Tempo sagrado não “flui”, que não constitui uma “duração” irreversível. É um tempo ontológico por excelência, “parmenidiano”: mantém-se sempre igual a si mesmo, não muda nem se esgota. A cada festa periódica reencontra-se o mesmo Tempo sagrado – aquele que se manifestara na festa do ano precedente ou na festa de há um século: é o Tempo criado e santificado pelos deuses por ocasião de suas gestas, que são justamente reatualizadas pela festa. Em outras palavras, reencontra-se na festa a primeira aparição do Tempo sagrado, tal qual ela se efetuou *ab origine, in no tempore*. Pois esse Tempo sagrado no qual se desenrola a festa não existia antes das gestas divinas comemoradas pela festa. Ao criarem as diferentes realidades que constituem hoje o Mundo, os Deuses, fundaram igualmente o Tempo sagrado, visto que o Tempo contemporâneo de uma criação era necessariamente santificado pela presença e atividades divinas (ELIADE, 1992, p. 38)

No catolicismo popular, as festas religiosas costumam apresentar traços de sincretismo religioso. Heretiano Couto lançou sua crítica, falou em nome daquilo que poderíamos chamar de catolicismo oficial, em nome da Igreja Católica, teve o apoio irrestrito do vigário local. Portanto, em nome da tradição secular da instituição eclesiástica, que condenou, sistematicamente, a figura do rezador, da benzedeira, associando esses discursos à prática religiosa que se demonizara no Brasil desde os tempos coloniais: as práticas religiosas de matriz africana. Em uma terra em que Exu foi convertido em demônio pela gramática religiosa oficial e hegemônica, essa negatização da diferença não deve soar estranha. Por outro lado, do ponto de vista analítico, raramente nos enganamos quando interpretamos essas questões como autênticas expressões de uma disputa que girava em torno da definição política do sagrado.

O que o historiador identifica é a expressão da querela histórica entre o catolicismo oficial e a expressão popular de um catolicismo mais arraigado ao sincretismo brasileiro, a elementos das religiões de matriz africana, crenças, hábitos e mitos ancestrais legados pelos povos indígenas. As garrafadas à base de raízes de plantas sertanejas/agrestinas eram os principais remédios “receitados” por rezadores como Sr. Virgílio, que no agreste, existiram às dezenas. Banhos de ervas a percorrer o corpo e a banhar o piso das casas, muitas de barro assentado pelas pisadas ritmadas da Mazuca², para abrir os caminhos e espantar os agouros.

Muito mocotó para revigorar a força do homem e da mulher. Medicina popular justificável não apenas pela presença ancestral na cultura da crença no sobrenatural poder das ervas, das raízes do mato, das flores, das cores, das rezas anotadas em papel e guardadas secretamente em algum lugar junto ao corpo para proteção contra o perigo, mas essenciais em um lugar onde até 1970 apenas um médico atendia, de vez em quando, uma população de mais de 15 mil almas³. A cultura religiosa de senhores como o Sr. Virgílio, pode ser analisada como autêntica expressão do catolicismo popular brasileiro, que percorreu vastas extensões do

território nacional e que no interior do agreste pernambucano produziu uma de suas mais autênticas expressões.

É preciso compreender certa clivagem entre o catolicismo popular e o catolicismo oficial se quisermos compreender a dinâmica e o sentido dos conflitos que estamos a discutir. Segundo Souza (2013, p. 5)

O catolicismo popular carece de um estatuto próprio perante as práticas da Igreja, existindo, contudo, em íntima interação com ela. Não a contesta, mas pode, eventualmente, adquirir um viés nitidamente anticlerical. Não se opõem aos atributos do clero, mas cria seus próprios atributos, e é organizado e praticado por leigos que buscam, em maior ou menor grau, manter sua autonomia enquanto fiéis, ao mesmo tempo em que se declaram filhos da Igreja.

O *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal em circulação na América Latina, uma das fontes principais deste artigo, parece ter sido, pelo menos durante algum tempo, o porta voz das experiências interioranas para a consciência curiosa do leitor do litoral. Um litoral presente no discurso daquele periódico como prevalecendo sobre as terras e os modos de vida dos povos do interior; uma visão exótica, mística, quase uma reedição daquilo que Certeau (2011) denominou como escrita colonizadora. Os correspondentes davam vida às notícias tomados por certo sentimentalismo e apelo retórico que ajudava a consolidar a imagem de um agreste atravessado pelo misticismo, pelo extraordinário, pela ignorância da “matutama” em geral. Um tipo de discurso que oscilava entre narrativas sobre o fantástico, a construção de uma espécie de dialética entre a terra e os céus, e a crônica policial embriagada pelo sensacionalismo das notícias.

Na edição de 23 de abril de 1967, mais uma notícia em destaque, assinada pelo Sr. Heretiano Couto: “Promoveram sessão de xangô em igreja do distrito de Agrestina”. Esse fato curioso guarda importância. O autor fez vir à tona a primeira referência do vigário local ao Sr. Virgílio. O conteúdo da notícia é marcado pela indignação daquele correspondente.

A população da pacata vila de Pé-de-Serra foi surpreendida no domingo 2 do corrente, com a chegada de um caminhão, repleto de fanáticos, conduzindo uma imagem e tendo à frente o conhecido feiticeiro Virgílio Manuel da Silva. Sem nenhuma comunicação ao sr. Vigário, nem respeitar o lugar sagrado, os subversivos entraram na capela de São Manuel que pertence à Paróquia e profanaram o templo com práticas supersticiosas, inclusive xangô e “sermão” do feiticeiro, seguido de beija-mão e cantigas as mais exóticas. Muitos dos moradores da vila fecharam suas portas horrorizados e outros inocentemente tomaram parte no africano culto. Devo salientar que muitas vezes, pelas colunas deste jornal, já denunciei a imoral exploração que o citado feiticeiro tem feito, em nome do falecido Padre Cícero Romão num verdadeiro comércio macabro, numa capela ao lado da sua casa no sítio Perneiras, a 500 metros da

cidade, construída sem nenhuma permissão, onde passa receitas e ludibria aos que o procuram. O nosso vigário, zeloso e atuante já deu parte à polícia e já está tratando da reconciliação canônica da capela (COUTO, 1967, p. 7)

Na verdade, o que essas críticas evidenciavam era a ação de um discurso, com nítidas pretensões de universalidade, que visava estabelecer fronteiras entre o sagrado e o profano, este último sendo constituído como o Outro – macabro, herético, exótico, um corpo estranho na morada da ordem legal do sentido. O que estava em jogo, do ponto de vista da Igreja Católica, era a hegemonia da narrativa, o poder de enunciar e reger a gramática dos ritos e das práticas. Disputas em torno da definição daquilo que é, e daquilo que não é o sagrado. Sr. Virgílio e, sobretudo, seus seguidores, são classificados como esses estranhos hóspedes na morada do sagrado.

Em 4 de abril de 1967, o Pe. Nestor Oliveira registrava ter tomado conhecimento acerca dos ocorridos na vila Pé de Serra dos Mendes. No Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio escreveu:

Na data de hoje recebi uma carta do comissário de polícia de Pé de Serra dizendo que na tarde do dia 2 próximo passado o conhecido feiticeiro Virgílio Manuel da Silva com a ajuda do sr. Francisco Quixabeira já apelidado “Nero” por seu anticlericalismo e perseguição à Igreja e ao Vigário invadiu a Capela de São Manuel do Pé da Serra com o consentimento do zelador Deodato e fez na referida capela o que bem entendeu como pregação, beija-mão, Changô, etc... Dirigi-me imediatamente àquela localidade para me inteirar dos fatos. Já convoquei o povo que em massa afirmaram serem verdadeiras as declarações do comissário de polícia. Comuniquei o fato à autoridade diocesana que me ordenou denunciar às autoridades competentes (LIVRO TOMBO III, 1967, p. 105)

Chama nossa atenção o fato de o comissário de polícia ter enviado carta ao Pe. Nestor para o noticiar do ocorrido, o que sugere que, aos olhos das forças policiais, as práticas do Sr. Virgílio consistiam em uma transgressão à ordem pública. Ao mesmo tempo, o comissário não explicava as razões de não ter agido, em nome da lei e da ordem, para conter os atos praticados, razão pela qual ficamos divididos entre duas hipóteses: a primeira, uma reclamação histórica das forças policiais nessa região, a falta de efetivo; a segunda, a tímida convivência, talvez até admiração ao Sr. Virgílio. Impossível precisarmos as razões.

O vigário também classifica, concordando com a posição de Heretiano Couto, o Sr. Virgílio como feiticeiro. Esse gesto nos parece central. Em primeiro lugar, é preciso interpretá-lo como a tradução de uma estratégia discursiva que consiste na negatização do Outro; em segundo lugar, tal recurso corresponde à positização da identidade religiosa em nome da qual

fala o Pe. Nestor. Com efeito, a identidade religiosa se constrói mediante a montagem de um sistema classificatório que estabelece uma oposição do tipo nós/eles, razão pela qual o Sr. Virgílio e seus seguidores são sistematicamente classificados como sujeitos errantes.

Com efeito, a identidade é um produto desse estabelecimento político de fronteiras. Segundo Silva (2014, p. 82):

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. (...) dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmer a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, deste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicações de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.

Em analogia, cabe o que ponderou Kathryn Woodward (2014, p. 40):

As identidades são fabricadas por meio da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles (por exemplo, sérvios e croatas); eu/outro.

Além disso, essa reação inconformada do vigário local com relação às práticas religiosas organizadas pelo Sr. Virgílio eram marcas indeléveis da definição de uma espécie de fronteira que separava o padre do “feiticeiro”. Fronteira que, a despeito do movimento da Igreja Católica na década de 1960 que buscava se (re)aproximar do “povo”, impusera sérios obstáculos à realização dos objetivos definidos no Concílio Vaticano II. No agreste pernambucano daquele período, inversamente, se estabelecia um cisma religioso no interior mesmo da comunidade católica. Desde uma perspectiva weberiana:

O padre representaria a autoridade religiosa de função exercida dentro de uma estrutura burocrática de salvação. O feiticeiro, a autoridade religiosa que exerce suas competências como o autêntico portador de uma tradição junto a uma clientela que o reconhece como tal (WILLAIME, 2012, p. 54)

Em nosso caso, nos parece evidente que a divisão construída no campo da experimentação religiosa recai sobre a dicotomia do tipo católicos/hereses. Voltando a nosso

debate sobre a posição do vigário diante dos fatos ocorridos na Vila Pé de Serra dos Mendes, o Pe. Nestor, curiosamente, também parecia relativizar sua responsabilidade no que se refere as providências a serem tomadas, na medida em que sugeria que ao fazê-lo, estaria obedecendo às ordens da autoridade Diocesana. De fato, a denúncia seria feita, e igualmente registrada pelo Pe. Nestor nos arquivos eclesiásticos da Paróquia local da seguinte forma: “Tendo consultado o ilustre advogado Dr. José Lima, denunciei por escrito ao sr. Delegado de polícia sargento João Gomes de Barros os graves acontecimentos do dia 2 p. passado, responsabilizando o feiticeiro Virgílio e seus adeptos” (LIVRO TOMBO III, 1967, p.105). A carta enviada pelo comissário, o contato feito pelo vigário com o advogado e a denúncia feita ao delegado logo iriam levar o caso aos tribunais. Uma manifestação típica do catolicismo popular logo seria convertida em caso de justiça. Mas não antes que houvesse, segundo as palavras do próprio Pe. Nestor, novas “blasfêmias e insultos”, dessa vez como uma resposta à denúncia realizada pelo vigário.

Exatamente uma semana depois de consumada a denúncia ao delegado, precisamente no dia 12 de abril de 1967, Pe. Nestor escrevia:

Ao ter conhecimento de que eu havia denunciado do “chefe” e amigo sr. Virgílio Manuel da Silva, o sr. Virgílio, digo, o sr. Francisco Quixabeira ficou enfurecido como um cão hidrofóbico e saiu pela rua a fora, sem nenhum respeito as famílias, blasfemando contra Deus, a religião, e com palavras de baixo calão insultou o vigário e todos os católicos, o que causou séria revolta aos que ouviram, ao ponto de se oferecerem para testemunhar diante do juiz ou delegado (LIVRO TOMBO III, 1967, p.105)

A “blasfêmia” não passaria em branco. No dia seguinte, Pe. Nestor tornava oficial nova denúncia ao delegado local, dessa vez, contra os atos do Sr. Francisco Quixabeira. Levando em consideração o enorme prestígio social que gozava o Sr. Virgílio perante um grande número de pessoas, a reação de Francisco Quixabeira não deve soar tão estranha. Nessa região, o rezador, quando muito afamado, costumava produzir o mesmo sentimento que anima o espírito coletivo e a estrutura do pensamento religioso de modo geral: a nostalgia de pai. A agressão ao pai simbólico costuma ser, como sabemos, veementemente rechaçada pelos filhos, não importando aqui a extensão das regras da moralidade, da razão, do bom senso ou da justiça.

O desfecho final dos acontecimentos relativos à Vila Pé de Serra dos Mendes, pelo menos do ponto de vista jurídico, se deu no mês de agosto do mesmo ano. Ao comentar decisão judicial favorável ao Sr. Virgílio, tomada pelo então juiz de direito da cidade de Agrestina, Dr. Arraes, Pe. Nestor lamentaria profundamente. Infelizmente, ainda não tivemos acesso a essa

peça jurídica com os argumentos do magistrado que embasaram decisão favorável ao Sr. Virgílio. Do processo, por enquanto, temos apenas o registro inconformado do vigário local.

No dia 26 de agosto de 1967 ele escrevia o seguinte tópico no Livro Tombo da Paróquia: “Feiticeiro vitorioso”, acompanhado pelo texto que segue:

Por incrível que pareça comunicou-me hoje o sr. Juiz de Direito desta comarca Dr. Arraes que deu ganho de causa ao feiticeiro Virgílio Manuel da Silva alegando que o mesmo invadira a capela de Pé de Serra porque é um homem piedoso e não foi por profanação nem para ridicularizar a Igreja que ele assim procedeu. [ilegível] Um sujeito excomungado por explorar a credence popular com práticas supersticiosas e falsa devoção ao Padre Cícero, faz sem consentimento da autoridade da Igreja uma procissão subversiva com o patrocínio dos inimigos declarados de Deus, invade uma capela da Paróquia com a conivência do zelador (que também sem que o vigário soubesse fazia parte no africano culto) dentro da capela faz changô, [ilegível], prega, faz beija-mão etc... tudo isso é legítimo, permitido e até louvável para o nosso excelentíssimo!!! Senhor Deus Misericórdia! (LIVRO TOMBO III, 1967, p. 107)

Pe. Nestor não hesitou em mais uma vez se referir ao Sr. Virgílio como feiticeiro. Acusa-o de explorar a “credence” popular com aquilo que considerava práticas supersticiosas. Acrescenta, além disso, um elemento novo: “os inimigos declarados de Deus”, que, segundo o vigário, são os patrocinadores dessas procissões⁴. Fica evidente a sua aversão aquilo que denomina genericamente como “africano culto”. Conclui com certa ironia ao realizar uma crítica à decisão do juiz da comarca de Agrestina. O parecer favorável ao Sr. Virgílio pode ser interpretado a partir de uma hipótese que nos parece razoável. Poderia ser o indicativo de uma ramificação de relações de natureza política estabelecida pelo Sr. Virgílio e as elites e grupos políticos locais. É bastante plausível deduzir que o rezador, à despeito das perseguições que sofria, tenha contado com algum tipo de proteção jurídica/política.

Após essa anotação de 1967, não encontramos mais nenhum registro do Pe. Nestor em que o Sr. Virgílio seja objeto de crítica. O mesmo ocorre, curiosamente, com o correspondente do *Diário de Pernambuco* e àqueles que o sucederam após o ano de 1967. A decisão judicial em favor do Sr. Virgílio inaugurou o advento de um silêncio com relação ao rezador e às suas atividades religiosas. Nos parece fora de questão o fato de que, do ponto de vista da Igreja Católica, o que estava em jogo era a manutenção da hegemonia da instituição eclesiástica no controle dos ritos, do culto e da orientação da vida espiritual dos fiéis. O catolicismo popular, portanto, foi se constituindo inicialmente como uma manifestação da vida religiosa marginalizada pelas diversas gramáticas do poder.

Ainda sobre essa espécie de fronteira que separaria o sacerdote do rezador, o centro das margens, é preciso marcar os sentidos dessa diferença. De acordo com Souza (2013, p. 5):

Os praticantes do catolicismo popular são o conjunto de fiéis que exercem seus cultos à margem da Igreja ou com uma margem de autonomia maior ou menor em relação à instituição. Seus costumes e práticas são de caráter tradicional, sendo transmitidos de uma geração para outra e com eventuais alterações sendo vistas como sacrílegas ou como uma perda de respeito, e seus praticantes se situam, majoritariamente, entre os setores mais pobres e menos escolarizados da população, possuindo, ainda, profunda ressonância no meio rural. Contrastam, assim, com os setores intelectuais da Igreja, que tenderam, historicamente, a ver suas manifestações com um misto de desprezo e desconfiança.

Em analogia, Oliveira (2016, p. 94), nos diz que:

A religiosidade popular é um elemento característico da vida da Igreja, porém, muitas vezes, ocorreu um controle sobre as práticas e ações desse tipo de catolicismo. Desde o período colonial, os bispos observavam, com cautela, as práticas devocionais que não estavam de acordo com a liturgia oficial. Da cultura do povo surgiu um catolicismo diferenciado, simples, mas rico em expressões e práticas de fé.

Diante dessas observações, defendemos que o posicionamento oficial da Igreja Católica em relação às práticas religiosas organizadas pelo Sr. Virgílio refletia um projeto de moralização da vida social e religiosa em curso. A chegada daquele que seria o vigário a passar mais tempo a frente à Paróquia, Pe. Nestor, em 1962, pareceu demarcar apenas o fortalecimento dessa espécie de pedagogismo moral tão característico do discurso religioso. A moralização da vida social, por seu turno, elegeu um “bode expiatório” (Sr. Virgílio), um tema específico (a suposta feitiçaria), uma gramática religiosa considerada subversiva (os ritos africanos) e um conjunto de indivíduos considerados “inimigos declarados de Deus”. Para garantir a hegemonia da gramática oficial do catolicismo, o Pe. Nestor parece ter deslocado para esses lugares úmidos e escuros as experiências religiosas que demarcaram, no seu tempo, uma diferença intransigente e inaceitável do ponto de vista da Igreja Católica.

O SILÊNCIO ROMPIDO

Dissemos anteriormente que a decisão judicial favorável ao Sr. Virgílio Manuel da Silva inaugurou um silêncio documental. De fato, o Pe. Nestor se absteve de produzir anotações sobre nosso rezador durante algum tempo. Defendemos também que esse silêncio textual não necessariamente corresponderia à circulação da palavra dita, embora não possamos, com efeito, alcançá-la no tempo. Esse silêncio, entretanto, durou pouco. Em agosto de 1970, seria rompido.

Dessa vez para assinalar um “acordo com o Sr. Virgílio”. Nos parece bastante plausível a hipótese de que a Igreja mudou a estratégia com relação às práticas do Sr. Virgílio. Ora, se o confronto direto na justiça não lhe foi favorável, se nem a repressão policial e os veículos de comunicação foram capazes de lidar com as *táticas* do rezador, a Igreja Católica decide cooptar esse mundo antes marginalizado. Ao registrar esse acordo, Pe. Nestor escreveu tomado por um sentimento comum aqueles que querem assinalar aos quatro ventos a vitória sobre seus adversários, ou como ele mesmo costumava se referir aos desafetos: “os inimigos de Deus”.

Em 31 de agosto de 1970 ele escreveu:

Há anos que vinha o sr. Virgílio Manuel da Silva afastado da Igreja por ter feito uma capela no lugar denominado “Perneiras” e nela ter posto a imagem do Padre Cícero e dezenas de outras imagens e aí praticava um culto falso, superstições, benzeduras, falsa medicina e “curas” arrastando assim multidões. Agora ele reconheceu que andava errado e veio ter comigo para normalizar sua situação perante a Igreja, depois de ter tido um entendimento com o sr. Bispo diocesano. Acertei com ele que devia retirar da Capela a imagem do Pe. Cícero que por todos acreditar ser ele um santo, como eu acredito, não era ainda canonizado; segundo, devia acabar com receitas “curas” e outras superstições e reformar a capela com as normas litúrgicas e que antes de haver a 1ª Missa lá ele iria comigo ao rádio em Caruaru para explicação ao público dada a sua fama de “feiticeiro” já com certa celebridade; e que eu iria pessoalmente pregar 9 noites antes da grande festa que lá se realiza todos os anos no dia 15 de novembro, para esclarecer ao povo os acontecimentos de sua conversão. Ele concordou com tudo e prometeu sob juramento (LIVRO TOMBO III, 1970, p.114-5)

Culto falso, superstições, benzeduras, falsa medicina e “curas”, eis a lista dos atos condenados pelo Pe. Nestor. O silêncio é rompido para assinalar um suposto reconhecimento por parte do rezador de seu desvio moral. Afastado da Igreja por ter construído capela particular em sua propriedade rural, Sr. Virgílio foi apresentado pelo vigário como um filho arrependido que pretende retornar à casa paterna. O encontro na tradicional rádio Difusora localizada na cidade vizinha de Caruaru selaria o acerto de contas público. O encontro se deu no dia 15 de setembro do mesmo ano, ocasião na qual, segundo o Pe. Nestor, o Sr. Virgílio prometia seguir dali em diante “todas as determinações da Igreja no desempenho do seu “apostolado” na Capela particular das Perneiras” (LIVRO TOMBO III, 1970, p.115).

Essa (re) aproximação e o sentido político que ela assumiu traduz muito bem uma tentativa, por parte do discurso religioso hegemônico, de resolver um problema lógico de todo jogo em que a identidade figura como eixo central: a diferença. Sinaliza a tentativa de solucionar o problema da *dessemelhança*, isto é, da não-integração absoluta do excesso à norma, das partes ao Todo. É o discurso, por sua vez, que define as condições para esse acesso, prescrevendo as condições para a aceitação dessa presença antes incômoda. Busca, portanto,

moralizá-la, definindo o único caminho possível e autorizado para seus movimentos. Trata-se de um discurso que pretende dizer ao Outro quem ele é, quem pode ser, como deve agir, o que deve enunciar e, simultaneamente, o que deve calar.

O Sr. Virgílio, objeto de toda uma gramática discursiva articulada que buscava moralizar suas práticas religiosas, ocupava um lugar bastante específico na topografia das relações sociais da comunidade local e, em especial, no campo da vida religiosa. Seu lugar era aquele comum às margens da burocracia. O “poder carismático”, o verdadeiro elo entre o rezador e seus seguidores, entretanto, reservou a ele um lugar nada marginal na memória do povo católico daquela comunidade do interior pernambucano. Sobre a estrutura do carisma, vale a pena retomar uma observação realizada por Max Weber:

Em oposição a toda espécie de organização administrativa burocrática, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de “carreira” ou “promoção”; não conhece nenhum “salário”, nenhuma instrução especializada regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; não lhe estão atribuídos determinados distritos ou competências objetivas exclusivas e, por fim, não há nenhuma instituição permanente e independente das pessoas e da existência de seu carisma pessoal, à maneira das “autoridades” burocráticas (WEBER, 1999, p. 324)

Ao reconhecer o *status* de “celebridade” do afamado rezador, o vigário se apresenta como a autoridade eclesiástica não contaminada pela fama (a fama de seu adversário, neste caso). Ao passo que constrói para si o lugar de fala a partir do qual deve emanar a verdade. A verdade do acordo, mas também a verdade da prática religiosa. Um *ethos*, por assim dizer, da verdade da mensagem religiosa incorporada por aquele que se considera seu único porta-voz legítimo, isto é, o sacerdote. É assim que na primeira ocasião em que podemos assegurar sua visita pessoal à capela do sítio Perneiras, no dia 6 de novembro de 1970, ele tratará de separar, como diz o ditado popular, o joio do trigo.

Como havia prometido ao sr. Virgílio com grande assistência de fiéis, fiz uma série de pregações em frente a Capela sobre a verdadeira religião, como vivê-la, sem confundir com superstições, malefícios, falsas devoções, terminando por explicar que em matéria de religião tudo só se faz de acordo com o Vigário e as determinações da Igreja. Foram 9 pregações que me parece teve bom resultado (LIVRO TOMBO III, 1970, p.115)

Separar o joio do trigo é sublinhar, uma vez mais, essa fronteira que deve separar o sacerdote do rezador, a verdade histórica da mistificação. Trata-se de arrancar do seio das práticas católicas esses elementos estranhos que parecem vir de outros terreiros, esses últimos

impregnados pela magia, por um tipo de misticismo que soa absolutamente estranho à gramática religiosa oficial. Trata-se, também, de assinalar a positividade de uma identidade em detrimento de outra. A fala de Pe. Nestor pretendia simbolizar, de forma definitiva, a vitória do centro sobre as margens. Ademais, foi naquela ocasião em que o vigário se apresentava como a única autoridade legítima em matéria de religião. A Igreja parecia recuperar seu domínio sobre a capela, e à autoridade eclesiástica, sobre o rezador. As estratégias de repressão da diferença, agora reorientadas para a cooptação, pareciam neutralizar as táticas do rezador. Mas quanto a isso, há dúvidas.

Não é fácil delimitar com exatidão a extensão do acordo entre o Sr. Virgílio e o Pe. Nestor de Oliveira. Em assuntos de religião, as mudanças não costumam ocorrer com tanta rapidez. Ademais, uma vez estabelecida a fama, não era tão simples escapar. O Sr. Virgílio deixou de medicar aqueles que muito provavelmente continuaram a procurá-lo? Deixou de orientar os fiéis? De benzer? De praticar a medicina popular à base de ervas do mato e garrafadas das mais variadas? Nossa resposta caminha no sentido de responder negativamente a essas perguntas. A hipótese que nos parece ser confirmada indiretamente pelo próprio Pe. Nestor 12 anos depois da entrevista concedida à rádio Difusora de Caruaru. “Abusos: tenho sempre notícias de festas religiosas particulares no interior da Paróquia: Festas que se misturam com práticas espíritas e catimbó e “devoção” ao Pe. Cícero cuja estátua além de ser vista em oratórios é levada em procissão (LIVRO TOMBO III, 1982, p. 146).

O vigário não se referia mais ao Sr. Virgílio, mas fica claro que, segundo ele, não faltavam notícias no interior da Paróquia sobre as festas caracterizadas pelo culto ao Pe. Cícero, e elementos de outros terreiros religiosos. De quem Pe. Nestor está falando senão do afamado rezador, o Sr. Virgílio Manuel da Silva? Essa permanência sugere que diante da estrutura da Igreja Católica e dos poderes constituídos, Sr. Virgílio e os praticantes do catolicismo popular passaram a adotar *táticas* com o objetivo de evitar o confronto direto com as autoridades eclesiásticas (o acordo firmado entre o rezador e o vigário, o encontro na rádio Difusora, as missas realizadas pelo pároco local no sítio Perneiras), com o intuito de garantir o mínimo de segurança para a continuidade dos ritos e práticas religiosas, ainda que elas fugissem, na prática, às grades morais instituídas pelas autoridades religiosas. Com efeito, conforme defendeu Michel de Certeau (1998, p. 101), “a tática é a arte do fraco”. Ela opera por meio da astúcia, aproveitando as brechas e “falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera”

A vitória do vigário, ao que parece, não se confirmou nos terreiros da capela. Para desgosto da autoridade eclesiástica, as festas continuaram, como as rezas e o sincretismo

religioso. As práticas e ritos do catolicismo popular continuariam a produzir na mentalidade do homem do interior fortes sentimentos. Finalmente, é muito provável que o acordo selado entre o vigário e o rezador não tenha produzido efeitos concretos na rotina da vida religiosa do sítio Perneiras.

CONCLUSÃO

Tentamos demonstrar como a identidade religiosa, no caso da comunidade católica, não constituía um corpo coeso e harmônico no Nordeste brasileiro das décadas de 1960/80. No interior dessa comunidade de fiéis, a documentação consultada nos apresenta uma disputa política em torno da definição daquilo que é ou não sagrado. Uma disputa sobre o sentido das práticas religiosas. Catolicismo oficial e catolicismo popular, padres e rezadores, terços, orações e garrafadas, festas religiosas, procissões; elementos integrantes do universo daquelas disputas. A identidade católica, longe de ser caracterizada como una e homogênea, foi, na verdade, construída a partir de uma diferença e dessemelhança que a minava por dentro. Acreditamos, do ponto de vista histórico, que havia catolicismos, práticas plurais que constituíam a vida religiosa de homens e mulheres que viveram no agreste e no sertão nordestino do século passado. A autoridade simbólica do sacerdote disputando terreno com a fama dos rezadores, o poder místico das orações, do terço e das hóstias consagradas, disputando espaço com a ancestral crença do poder das ervas da floresta agreste e no dom conferido pelo Todo Poderoso a alguns indivíduos especiais. O sagrado, longe de ser um dado da natureza, foi na região sistematicamente objeto de disputas. Instituído politicamente por homens e mulheres, sacerdotes e rezadores, todos “unidos” e separados em função da vivência de sua fé no sobrenatural.

Outrossim, é preciso dizer que diante das estratégias de repressão mobilizadas pelas autoridades religiosas, o Sr. Virgílio e seus seguidores desenvolveram um conjunto de *táticas* com o objetivo de proteger sua forma de adoração. A tentativa de organizar o espaço social, o poder de determinar, por assim dizer, a forma e o conteúdo das práticas religiosas encontraram na “arte do fraco”, em sua astúcia, uma poderosa resistência. Essa espécie de olhar policial não foi uma prerrogativa exclusiva da autoridade eclesiástica. Conforme ficou demonstrado, com exceção da decisão do juiz favorável ao Sr. Virgílio, as forças policiais locais e o discurso da imprensa se articulavam às autoridades religiosas (Nestor Oliveira e Augusto Carvalho), na tentativa de estabelecer o controle sobre a dinâmica da vida religiosa na cidade. Finalmente, o sucesso do Sr. Virgílio não foi apenas um produto de seu *poder carismático* ou da eficácia política das *táticas* por ele mobilizadas para “driblar” as forças da repressão. Ele também se

devia à relativa dificuldade da Igreja Católica em termos de comunicação com os fiéis, sobretudo, a dificuldade de construir o consenso sobre a figura do rezador. A propósito, o envolvimento do vigário local, Nestor Oliveira, na vida política pode ter desempenhado um papel importante neste processo, na medida em que uma vez circulando entre os altares e o palanque eleitoral, o vigário passara a contar com muitos desafetos políticos, poderosos latifundiários e criadores de gado.

Concluindo, na disputa pelo sentido do sagrado as margens venceram o centro. Na impossibilidade de amordaçar a diferença, a Igreja Católica decidiu cooptar o antigo desafeto, que, por sua vez, à despeito do acordo firmado com as autoridades eclesiásticas onde prometia circunscrever suas práticas dentro dos códigos da moralidade e da liturgia oficial, jamais abandonou suas raízes, no duplo sentido que essa palavra aqui possui: (a) como sinônimo de tradição, haja vista que as práticas do Sr. Virgílio guardavam certa comunicação com a ancestralidade e (b) como matéria-prima de um tipo de medicina popular fundamental numa região historicamente desprovida dos serviços mais básicos de saúde pública.

Referências

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009

BARBALHO, Nelson. *Matuto empacou, até jumento perde feio*. Diário de Pernambuco, Recife, 30 de maio de 1965, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

BATAILLE, Georges. *Teoria da Religião seguida de uma história das religiões*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

BACELLAR, Carlos: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (ORG). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011

_____, *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998

COUTO, Heretiano. *Beato e Catimboseiro*. Diário de Pernambuco, Recife, 22 de novembro de 1964, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

COUTO, Heretiano. *Afronta aos católicos*. Diário de Pernambuco, Recife, 28 de novembro de 1965, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

COUTO, Heretiano. *Catimbozeiro faz procissão sacrílega em Agrestina*. Diário de Pernambuco, Recife, 1 de dezembro de 1966, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

COUTO, Heretiano. *Promoveram sessão de xangô em igreja do distrito de Agrestina*. Diário de Pernambuco, Recife, 23 de abril de 1967, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 19 de outubro de 1971, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 12 de dezembro de 1972, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 29 de julho de 1973, p. 31. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 10 de maio de 1977, p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

FEUERBACH, Ludwig. *A essência do Cristianismo*. Campinas: Papyrus, 1988

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu: algumas discordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2004.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

Periódico Diário de Pernambuco, edições de 1960/80. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Marlon Anderson. *Catolicismo Popular e a Igreja Romana*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016

OTTO, Rudolf. *O sagrado: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Paróquia de Santo Antônio. *Livro Tombo*, nº III, Agrestina – PE

SALLES, Thiago Oliveira de (ORG). *Sobre Mazurca*. Recife, Gráfica Flamar Editora, 2015

SILVA, Tomás Tadeu da. A produção social da diferença. In: SILVA, Tomás Tadeu (org). *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular*. Natal: IFRN, 2013

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999

WILLAIME, Jean Paul. *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Unesp, 2012

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu (org). *Identidade e diferença*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

¹ Uma comunidade discursiva é responsável pela gestão de um texto. Assim como também é responsável pela definição da oficialidade de um rito, de um sistema de práticas. Ela detém, por assim dizer, o controle da narrativa. Está ao lado da tradição e fala, portanto, em nome de uma determinada forma de verdade histórica. Do ponto de vista da vida religiosa e do catolicismo brasileiro, a Igreja Católica e seu corpo de especialistas e sacerdotes se impuseram como A instituição em torno da qual se erigiu tal comunidade.

² A Mazuca pode ser considerada uma brincadeira e dança ancestral típica do agreste pernambucano. Difere da Mazurca polonesa popularizada pelo piano de Chopin. Trata-se de dança que divide com o coco de roda o título de folguedo mais antigo do interior do Agreste. Segundo Sales (2015), que organizou importante pesquisa sobre a brincadeira, no relato dos brincantes chama atenção, além dos aspectos estritamente simbólicos do ritmo, das loas e dos gestos da Mazuca, seu caráter funcional. “Sobre os aspectos estritamente funcionais, há uma ideia, bastante comum, de que a mazurca servia para ‘assentar o barro das casas’ (SALES, 2015, p. 28).

³ Segundo dados levantados no IPEADATA, a população de Agrestina na década de 1960 era de 15.294 habitantes. Em 1970 a população total era de 17.068, grande parte dela residente no campo: 12.126, para sermos mais precisos. É nessa sociedade predominantemente rural onde se desenrolaram os fatos aqui mencionados. Um fato importante no que diz respeito à dinâmica do catolicismo popular, que costuma ter grande adesão em sociedades rurais compostas quase que completamente por pequenos agricultores e trabalhadores da pecuária.

⁴ O vigário local costumava classificar como “inimigos de Deus” ou “inimigos da Igreja” todos os seus desafetos políticos. Quando da participação do vigário nas eleições de 1972, ocasião na qual seria um dos candidatos a chefe do poder executivo local, esses termos passariam a integrar a retórica política do vigário.

Artigo recebido em 1 de fevereiro de 2020
Aceito para publicação em 8 de abril de 2020